

# O DESEMPREGO DA JUVENTUDE NO BRASIL EM CRISE

Euzébio Jorge Silveira De Sousa<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo identificar os impactos da recente crise econômica no Brasil sobre o nível de desemprego da juventude de 15 a 29 anos. Durante os anos 2000 o Brasil experimentou um substancial crescimento econômico, fruto do ciclo de commodities, que favoreceu as exportações brasileiras, a elevação do nível médio de salários e a ampliação do consumo dada a melhor distribuição de renda e ampliação do crédito, com o fim do ciclo de crescimento e aprofundamento da crise política e econômica, o mercado de trabalho volta a reproduzir seus traços estruturais de elevado desemprego, elevada rotatividade e baixos salários,

<sup>1</sup> Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP e Membro do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)

sendo a juventude a mais afetada pela crise. Com o declínio da renda das famílias a juventude, que experimentou protelar o ingresso na vida laboral a fim de ampliar sua escolarização, busca um espaço no mercado de trabalho para contribuir na composição da renda familiar e se depara com a explosão do desemprego.

## INTRODUÇÃO

Na primeira década do século XXI o Brasil experimentou um considerável crescimento econômico e, diferentemente do que ocorreu durante a ditadura militar, nos anos 2000 o país cresceu com elevação da renda dos trabalhadores, redução das desigualdades, ampliação de direitos sociais e elevação do salário mínimo. Na segunda década dos anos 2000 a economia se modifica, gerando um quadro propício para o surgimento da crise política, o que atinge não apenas os avanços dos anos 2000, como também diversos outros direitos já consolidados no século XX como os direitos trabalhistas.

Mesmo depois de deflagrada a crise na economia Global de 2007/2008, o Brasil conseguiu retardar seus impactos por meio de políticas de expansão da demanda agregada, via expansão do crédito e do consumo. A partir de 2015, após eleições nacionais altamente polarizadas e com evidências da ineficácia da política de desoneração, a economia dava sinais de desaquecimento promovendo uma relação simbiótica entre crise política e econômica.

Deve ser destacado que o PIB per capita caiu entre os anos de 2009 e 2014, porém, as famílias mantiveram o mesmo patamar de despesas, o que contribuiu para a manutenção da demanda efetiva



e o aquecimento econômico. É provável que a despesa das famílias continuava alta, dado a elevação dos salários puxado pela elevação do salário mínimo, ampliação do crédito e pelas políticas sociais de transferência de renda.

Em 2015 e 2016 a crise econômica e política se aprofunda, promovendo a redução dos investimentos e ampliação das incertezas, o que impactou negativamente o produto e o consumo. Nos dois anos citados, o PIB per capita decresceu 8,4% e o consumo das famílias 7,4%. Verifica-se esgotamento da política econômica e piora no mercado de trabalho. As crises política e econômica degradam rapidamente os indicadores do mercado de trabalho, gerando elevado desemprego e precarização da estrutura ocupacional. Os jovens são compelidos a voltarem ao mercado de trabalho para contribuir na recomposição da renda familiar que declinou graças a escalada do desemprego.

O elemento chave para o entendimento da inserção no jovem no mercado de trabalho é o desemprego. O desemprego juvenil não é apenas uma característica estrutural na trajetória profissional dos jovens, é também o elemento que estabelece o peculiar arranjo de nossa estrutura produtiva e social, que pressupõe a existência de uma grande massa de jovens pressionando o mercado de trabalho, disposta a trabalhar por qualquer salário e a aceitar qualquer regime de contratação. A manutenção do desemprego gera efeitos nos níveis de salários, na taxa de rotatividade e elevação da informalidade. Ou seja, mesmo com um mercado relativamente bem regulado, a manutenção do desemprego possibilita um tipo de terrorismo econômico que impede que os trabalhadores reivindiquem seus direitos, se organizem e demandem uma maior participação no excedente produzido. O desemprego elevado em uma sociedade muito mercantilizada inviabiliza a implementação, mesmo dos mais elementares direitos trabalhistas e sociais.

O desemprego juvenil nos países periféricos, como o Brasil, não é similar ao dos países centrais, o jovem brasileiro não tem a oportunidade de desfrutar do suposto direito conquistado pela sociedade capitalista, expresso na liberdade do trabalhador escolher a quem vender sua força de trabalho, podendo negocia-la com quem achar conveniente. Este “direito” está restrito aos países centrais, ou por possuírem uma elevada oferta de bons empregos, ou por terem constituído um estado de bem-estar social que permita ao trabalhador não morrer de fome até que encontre um emprego adequado. Guimaráes (2006) identifica que trabalho é central para a construção material e simbólica dos jovens brasileiros, a centralidade está fundada no trabalho, ou em sua busca incessante, graças a estrutural marca do desemprego.

### 1.1. BRASIL E A CRISE ATUAL (2013 – 2018)

Buscando encontrar os elementos determinantes da crise enfrentada pelo Brasil nos últimos anos, Carneiro (2017) identifica, além dos conflitos de classe, a existência de elementos estruturais, cíclicos e de política econômica. Sem considerar tais elementos qualquer análise da crise será equivocada ou superficial.

O elemento estrutural possui uma dimensão financeira e uma produtiva. A dimensão financeira está relacionada a um conjunto de reformas que buscavam integrar o país à dinâmica das economias globalizadas durante a década de 1990. A liberalização financeira foi responsável por elevar a vulnerabilidade externa da economia Brasileira, deixando-a suscetível as oscilações dos ciclos de liqui-

dez internacional. O nível de vulnerabilidade externa se elevou a partir de 2009, graças as incomuns políticas monetárias, praticadas pelos EUA, Japão e UE, a fim de lhes proporcionar alternativas a crise de 2008. O elemento produtivo está relacionado com a III e IV revolução tecnológica e com a divisão internacional do trabalho, que abriram a possibilidade de um nível de integração da produção global nunca experimentada - propiciado inicialmente pela microeletrônica e as tecnologias de comunicação e informação e, mais recentemente, pela inteligência artificial, internet das coisas, Data e Analitichs e etc. Enquanto países como a China realizam uma transformação da sua estrutura produtiva, irradiando efeitos na economia global dado a intensidade de seu crescimento e o volume de seu mercado interno, o Brasil permanece apartado das transformações tecnológicas e produtivas. Além do país não conseguir ingressar na nova revolução industrial, também promove uma especialização regressiva, elevando a participação de setores intensivos em recursos naturais e reduzindo setores intensivos em tecnologia.

A mundialização do capitalismo, potencializada pelas inovações da nova revolução tecnológica e pela elevada liberdade de trânsito dos capitais, aprofunda a estratégia da construção de Cadeias Globais de Valor (CGV), que constitui uma grande especialização das empresas em escala mundial, fracionando e distribuindo os processos produtivos em diferentes países pelo mundo.

Com grande capacidade de gerenciamento à distância, dada as novas tecnologias de comunicação e informação, a nova grande divisão internacional do trabalho enviou para a periferia do capitalismo a fração da produção intensiva em trabalho, buscando países com menores salários e direitos trabalhistas. Países da América Latina e Ásia foram “beneficiados” com este processo, desde que garantam as condições precárias do mundo do trabalho. O compromisso com a competitividade baseado nos baixos salários ajuda a explicar porque o setor financeiro e empresarial no Brasil pressionou tanto pela regulamentação da terceirização nas atividades fins e pela reforma trabalhista de 2017. Como apresenta Singer (2015), quando a economia apresentou os primeiros sinais de desaquecimento em 2012 a CNI lança um plano de flexibilização da CLT chamado de Brasil do diálogo, que contava com 101 propostas para a modernização trabalhista no país.

O tipo de inserção do Brasil e de outros países da América do Sul nas cadeias globais de valor era caracterizado por uma composição de valor adicionado doméstico, o que expressa uma exportação de matérias primas e recursos naturais, enquanto a participação de países da Ásia como a China expressa um processo inverso. Para Sarti e Hiratuka (2017) a especialização regressiva não significa necessariamente uma desindustrialização, mas, segundo os autores, o Brasil viveu uma desindustrialização explícita a partir de 2011, imposta pela intensificação da concorrência global e queda dos preços industriais, que foram intensificadas pela redução da utilização da capacidade instalada pós crise global, especialmente da China.

Com relação aos determinantes internos é necessário constatar que o país conviveu com um considerável crescimento econômico entre os anos de 2003 e 2010, puxado inicialmente pelo elevado nível de preços das commodities e pelo crescimento das exportações líquidas. As exportações cresceram de forma consistente até 2009, quando o quadro se altera, gerando não apenas uma queda, como

também mudanças em nossa pauta de exportação, com os produtos básicos superando as exportações de manufatura. No período posterior, o crescimento foi impulsionado pela expansão do consumo e do investimento; entre 2003 e 2010 o investimento em relação ao PIB cresceu 4 pontos percentuais. Se o nível de investimento foi impactado pelo déficit na balança de exportações de manufatura e de serviços, o que contribuiu para uma reprimarização de nossa pauta exportadora e uma piora na qualidade dos empregos gerados, a elevação do consumo via distribuição de renda e ampliação do crédito à pessoa física ajudou a protelar a fase mais aguda da crise econômica e política no país.

Diferentemente de outros períodos de elevado crescimento econômico no Brasil, como no milagre econômico, a elevação do consumo foi marcada por uma maior distribuição de renda e pelo salutar crescimento do crédito. De acordo com o Banco Central Brasileiro, em 2002 o crédito no Brasil correspondeu a 22% do PIB, percentual que cresceu ano a ano, atingindo, em 2013, 56% do PIB. O ciclo de crescimento alicerçado na elevação do consumo via distribuição de renda e ampliação do crédito dá sinais de esgotamento. Os conflitos distributivos se tornam mais intensos, estabelecendo também obstáculos políticos para manutenção da ampliação dos salários e das políticas redistributivas. A pressão pelo suposto equilíbrio fiscal, ancorado na necessidade de manutenção da solvência da dívida pública, geraram obstáculos também ao investimento público, o que promove uma redução do investimento público federal em 2011, o mantendo estacionado em torno de 1% do PIB nos anos seguintes.

Nos parece evidente que os argumentos de CEDEC (2015) e IEDE (2016) de que a queda dos investimentos no Brasil é resultado da elevação dos salários acima da produtividade, o que teria comprimido as margens de lucro e desestimulado novas inversões, são inconsistentes e partem de pressupostos equivocados. No âmbito da economia internacional deve ser observado que a elevação de salários em outros países do mundo não foi obstáculo aos investimentos, como observado pela OIT no “Global Wage Report 2016/17 Wage inequality in the workplace”. Segundo o relatório, entre 2006 e 2015, países como Rússia, China, Turquia, Índia e África do Sul tiveram elevações salariais maiores que as do Brasil, sem que estes países tivessem submergido em uma crise semelhante a brasileira.

Em âmbito doméstico, Diegues e Rossi apontam que entre, 2000 e 2010, os gastos com pessoal nas empresas do setor industrial representaram a mesma proporção de 13,9% tanto em 2000 como em 2010. Ao analisarem a relação entre salários e Lucros, os autores constataram uma redução relativa dos salários no mesmo período, reafirmando que a queda dos investimentos não sugere relação causal com a elevação proporcional dos salários frente aos lucros. Os custos unitários não são estabelecidos apenas pela taxa de salários, são influenciados por diversos outros fatores que possibilitaram não só a manutenção dos lucros e a elevação da competitividade via redução de preços. Fatores como desvalorização do Real, redução da taxa de juros, desoneração fiscal e redução dos custos com energia foram algumas das políticas do governo Dilma que tinham como objetivo a alteração dos preços relativos em favor do lucro das empresas, promovendo também uma redução do impacto da elevação dos salários sobre os custos unitários.

Iedi (2016) trouxe também uma outra linha de argumentação que parece possuir maior aderência a observação empírica, que con-

siste na queda das margens líquidas de lucro não em razão dos salários, uma vez que o custo operacional das empresas cresceu apenas 4,6% entre 2011 e 2014, mas sim dos custos das dívidas, que cresceram 80% no mesmo período. Diegues e Rossi (2017) apresentam que a apreciação da taxa de câmbio também impactou o setor produtivo nacional, graças ao elevado coeficiente de insumos importados, reduzindo assim, as margens de lucro.

Baltar et al. (2017) identificam que a melhora na distribuição de renda entre 2003 e 2013 não estava associada a mudanças na estrutura produtiva do país, mas a um “encolhimento do leque salarial”. Ou seja, mesmo nos primeiros anos do Governo Dilma a melhor distribuição não estava associada a mudanças substantivas na estrutura ocupacional, mantendo uma proporção similar entre os setores econômicos em todo o período de maior crescimento do PIB. Segundo os autores, o problema da distribuição de renda nestes moldes reside na possibilidade de maiores conflitos distributivos, uma vez que a elevação da renda não está associada a elevação da produtividade, mas sim a uma elevação do salário mínimo e, por sua vez, das faixas salariais mais baixas. Os autores apresentam, ainda, que esta dinâmica de elevação salarial tende a acirrar conflitos distributivos entre capital e trabalho e entre as pessoas com diferentes níveis de remuneração.

Outro elemento que pode ter contribuído para aguçar os conflitos distributivos reside no financiamento das políticas sociais e de transferência de renda. Posto que a carga tributária no Brasil assume um caráter muito regressivo, com excessivo peso na tributação sobre o consumo, os ricos pagam proporcionalmente menos impostos que os trabalhadores ou as camadas intermediárias, sobrecarregando estes com o maior peso da manutenção do Estado.

A redução dos investimentos, a mudança na composição da oferta de crédito e as mudanças no fluxo de exportações já davam sinais de um esgotamento do modelo de crescimento trilhado pelos governos Lula, porém, dadas as restrições estruturais e as mudanças no ciclo de liquidez internacional, o período de bonança que permitiu um crescimento com considerável conciliação entre as classes chegava ao fim, e seria necessário enfrentar o conflito na distribuição dos excedentes. Enfrentar o conflito demandaria mais que capacidade técnica, seria necessário o estabelecimento de um rumo claro e um arco de alianças sólido, a fim de resistir a reação de setores não acostumados a serem contrariados. Segundo Singer (2015) Dilma cutucou onça com vara curta ao tentar enfrentar o setor financeiro sem o necessário apoio das classes populares e de outros setores interessados no modelo de crescimento assumido como adequado até 2014.

Para Carneiro (2017), as bases para o novo projeto de desenvolvimento estariam alicerçadas na reindustrialização e ampliação da infraestrutura do país, em contraposição ao setor financeiro, responsável pela pressão em manter níveis tão elevados de taxas de Juros. Tendo em vista a inconstância do setor produtivo nacional, o governo viu a necessidade de atribuir papel na condução do processo de crescimento, via Bancos Públicos, sobretudo BNDES, e empresas estatais, com ênfase para Petrobras.

Que pese os limites de uma identificação das classes a partir das rendas, Quadros (2015) fornece uma indicação de como a estrutura social no Brasil é sensível às mudanças de ciclos econômicos e quais mudanças materiais ocorreram no Brasil entre 2012 e 2013, que podem ter contribuído para início da crise econômica e para

incendiar as grandes manifestações de Junho de 2013. Segundo Quadros (2015), entre 2004 e 2012 o Brasil viveu um importante processo de mobilidade social, promovendo não apenas uma brusca redução no número do que o autor classificou como “miseráveis”, como também uma transição para camadas superiores em todas as estratificações de renda. Entre 2002 e 2012, descontando o efeito demográfico, verificou-se uma redução de 33,36 milhões de “miseráveis” e 7 milhões classificados como “massa trabalhadora”, que, supostamente, acenderam para as classes superiores, o que provocou um acréscimo de 27,4 milhões de pessoas na baixa classe média, 9,2 milhões na média “classe média” e 3,7 milhões de pessoas na “alta classe média”.

Estes dados induziram pesquisadores e políticos a equívocos quanto a hipótese de o Brasil ter se tornado um país majoritariamente de classe média, o que não se confirmou na identificação do lugar de classe dos chamados “nova classe média”, que, segundo o próprio autor, não guarda relação social e econômica com a classe média tradicional, sendo composta na prática por auxiliares de enfermagem, comerciários, auxiliares de escritório e outras categorias assalariadas.

Segundo Quadros (2015), os bons resultados eleitorais da segunda eleição de Lula e da primeira eleição de Dilma foram fortemente influenciados pela percepção da mobilidade social, o que também influenciou a segunda eleição da Dilma, porém fruto apenas dos dois anos de seu último governo. A mobilidade social, nos termos apresentados por Quadros (2015), ocorreu ano após ano até 2013. Em 2013 é observado uma ampliação de 1,3 milhões de “miseráveis” e 2,4 milhões de pessoas na baixa classe média, enquanto pode ser identificado uma redução de 780 mil pessoas da alta classe média e 2,6 milhões da média classe média. Com o padrão de desenvolvimento alicerçado na ampliação do consumo e do crédito, com a taxa de câmbio voltada para combater a inflação e garantir o poder de compra e com a grande campanha publicitária pregando que o Brasil se transformara em um país de classe média, a reversão da estrutura social assume características explosivas.

A desaceleração de 2013 se transformou em estagnação em 2014, aprofundada pela redução dos investimentos, expressos na redução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e na redução do consumo. A reversão na estrutura social e a atuação politizada da operação Lava Jato dificultavam alternativas de reindustrialização que passassem pela elevação dos investimentos públicos diretos ou via empresas públicas, dado que a Petrobras era um dos principais focos das investigações.

No setor público o governo federal parte de um superávit primário em 2011 de 2,5%, para um déficit de 0,6% em 2014. O déficit deste período é explicado mais pela redução das receitas, dado a baixa atividade econômica, que pela elevação dos gastos. Outro fator que ajuda explicar a elevação do déficit foi a política de desoneração fiscal sem o devido critério. Ainda que as desonerações tenham acabado gradativamente no período posterior, a tendência pró-cíclica das receitas continuou impactando as contas públicas dado o decréscimo da economia. Em 2015 e 2016 o déficit primário atinge o patamar de 2%, mas o déficit nominal chega a 10% do PIB, dado a política de elevação das taxas de juros e swaps cambiais. Por fim, constata-se que a política contracionista de austeridade fiscal não só aprofundou a crise econômica e social do país, como deixou o Brasil com uma dívida pública no mesmo patamar do final

do segundo governo FHC (CARNEIRO, 2017)

Após abandonar o chamado “ensaio desenvolvimentista” no final de 2014, Dilma inicia seu novo governo em 2015 implementando uma clara política ortodoxa, dirigida por uma indicação do mercado financeiro no ministério da fazenda. Os objetivos anunciados pela nova equipe econômica era recuperar a confiança do mercado interno e externo, a fim de manter a classificação de risco das agências de rating; promover corte de gastos públicos para atingir recompor o saldo primário mantendo o equilíbrio fiscal; permitir que o mercado estabeleça as tarifas e preços públicos, sobretudo de energia e combustível, desonerando assim o Estado; elevar a taxa de juros para conter os aumentos inflacionários; e não mais interferir no mercado de câmbio. Desta forma, Dilma abdica da base social que a elegeu e busca, a partir de um possível acordo com os derrotados na eleição de 2014, uma trégua política, comprometendo-se a implementar políticas pró mercado de caráter contracionista. Não restam dúvidas que o modelo implementado até 2014 era incapaz de solucionar as contradições acumuladas pelas mudanças no fluxo de liquidez internacional e no esgotamento do ciclo de crescimento doméstico, mas é também evidente que o caminho escolhido para o segundo governo Dilma maximizaria as deficiências nos indicadores econômicos, abrindo espaço para o aprofundamento não só da crise econômica como também da crise política.

#### EFEITOS DA CRISE NO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho nos anos 2000 foi positivamente afetado pela expansão econômica, que possibilitou ampliação de taxa de ocupação e níveis salariais, no entanto, este mercado foi também o mais afetado pelas crises econômica e política. Os sinais de desaquecimento econômico entre os anos 2013 e 2014 se transformaram na mais profunda crise econômica do país, iniciada com as políticas contracionistas do segundo governo Dilma e, com maior impacto, no governo Temer. Os articuladores do Golpe de 2016 tinham objetivos claros quanto as políticas que deveriam ser implementadas e - com pretexto de combater a crise - seriam os trabalhadores e a população mais pobres os mais atingidos. A saída encontrada pelo governo de Temer estava prevista pelo documento “Ponte para o Futuro”, que consistia em uma carta de compromissos entre o então vice-presidente e o sistema financeiro nacional e internacional. O documento tinha por objetivo garantir a solvência da dívida pública, por meio da destruição de direitos e redução drástica de investimentos sociais, e aprofundar as assimetrias entre capital e trabalho - flexibilizando o mercado de trabalho mediante aprovação da reforma trabalhista e previdenciária. Ao Assumir, Temer desfruta de um congresso fisiológico e conservador que lhe permite aprovar leis e implementar mudanças constitucionais de cunho liberalizantes, como a reforma trabalhista de 2017, regulamentação da terceirização (em favor dos empregadores) e o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos.

A reforma trabalhista de 2017 entra em vigor em um período de profunda crise econômica e persistente piora nos indicadores do mercado de trabalho, o que dificulta a distinção entre fenômenos associados aos reflexos da reforma e impactos da recessão na economia Brasileira. Algumas considerações podem ser feitas observando a variação do saldo de empregos nos diferentes setores e tipos de ocupações, a fim de identificar mudanças de padrões antes e depois da reforma em questão. Os principais argumentos para a implementação de uma reforma trabalhista pouco debatida com a



sociedade e sabidamente impopular entre os trabalhadores, foi a necessidade de uma suposta modernização das relações de trabalho, via flexibilização de jornada, remuneração e modalidades contratuais. Para os defensores da reforma a priorização do negociado sobre o legislado e o enfraquecimento da justiça do trabalho contribuiria para dar segurança jurídica aos empresários, incentivando uma elevação dos investimentos e retomada do crescimento econômico. Desta forma, é necessário verificar não apenas os impactos da reforma no mercado de trabalho, como também sua influência sobre o nível da atividade econômica.

O saldo de empregos formais após reforma trabalhista não aponta para recuperação dos níveis verificados antes da crise econômica que impactou o mercado de trabalho em 2015. Depois de dois anos com saldos negativos de empregos formais em quase todos os meses, 2017 registrou saldo positivo de abril a outubro. Ainda assim, a tímida recuperação de 2017 está longe de recompor mesmo nível de estoque de emprego de 2015. Fato é que os saldos de 2017 são resultado não de uma ampliação de número de contratados, mas de uma redução dos demitidos. Mesmo o efeito sazonal da brusca queda do saldo de empregos no mês de dezembro/2017 foi menos expressivo que de dezembro anteriores, em razão do menor nível de contratações.

Uma vez que o estoque de empregos formais é muito maior nos estados do sudeste e sul, e estas regiões registraram crescimento no acumulado do ano, verifica-se uma ampliação da desigualdade regional na geração de empregos formais no país. Os dados apontam para uma retomada das características estruturais do mercado de trabalho nestas regiões, marcadas por menores salários e maior informalidade.

Quando se analisa a diferença salarial entre os trabalhadores demitidos e contratados se constata uma maior diferença salarial em setores com maior produtividade e maior qualificação. As diferenças salariais são menores entre trabalhadores em ocupações com maior nível de rotatividade e menor qualificação, dado sua menor capacidade de construção de uma trajetória profissional com progressão na carreira. Analisando os dados entre fev/2017 e fev/2018 pode ser constatado uma aproximação salarial entre demitidos e contratados, o que pode significar elevação da rotatividade ou ampliação proporcional das ocupações mais precárias em setores como serviços e comércio.

O trabalho intermitente foi mais utilizado nos setores do comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil. O comércio é o setor que mais contrata e mais demite trabalhadores intermitentes, evidenciando que, mesmo com as formas flexibilizadas de contratos, o setor mantém uma elevada rotatividade. As ocupações com maior saldo de empregos nesta modalidade de contrato são respectivamente “alimentador da linha de produção”, “servente de obras”, “faxineiro”, “vigilante”, “monitor de tele atendimento”, apontando mais uma vez que a “moderna” reforma trabalhista é largamente utilizada em ocupações precárias. Isso sem contar que 93% dos trabalhadores com contratos intermitentes possuem até o ensino médio. Contrariando o argumento dos defensores da reforma, que afirmavam que os contratos intermitentes seriam desejados pelas mulheres, 70% destes contratos são com trabalhadores do sexo masculino.

Os contratos com jornada parcial incidem mais nos setores de serviços, comércio indústria de transformação e construção civil,

respectivamente, mas também possuem um grande número de demitidos, apontando para uma maior rotatividade neste tipo de contrato. O que chama atenção nas dez ocupações que mais realizam contratações por tempo parcial, é que quatro são relacionadas a todos os níveis educacionais, o que sugere uma precarização nas condições de trabalho dos professores que, via de regra, possuem um grande volume de trabalho extraclasse em sua jornada, mas que possivelmente não receberão por este trabalho.

### EFEITOS DA CRISE NA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

A participação juvenil no mercado de trabalho possui maior sensibilidade a mudanças de ciclos econômicos em todo o mundo, fenômeno que assume causas e características distintas a depender do quadro econômico e nível de desenvolvimento de cada país.

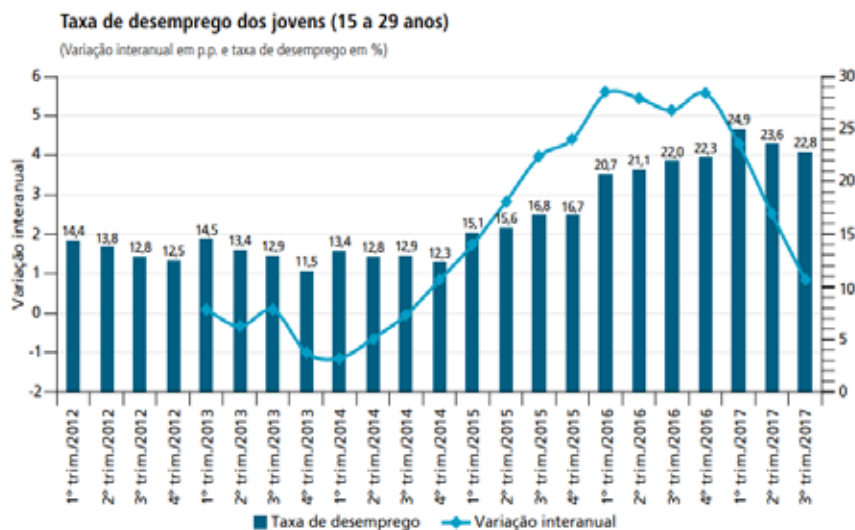
Elementos de nossa estrutura produtiva, como o excedente de força de trabalho, não só expressam como também reproduzem nossa condição de país subdesenvolvido. A pressão econômica e institucional para elevar a participação dos jovens no mercado de trabalho reforça a heterogeneidade de nossa estrutura ocupacional e reproduz as condições necessárias para manter o excedente de força de trabalho.

A análise da estrutura ocupacional dos jovens fornece valiosos indicadores do mercado de trabalho como um todo, uma vez que, por estar no início de sua vida laboral e ser mais suscetível ao desemprego, a juventude tende a aceitar novas modalidades de contratações, aceitar ocupações com maior rotatividade e com remunerações menores ou mais flexíveis, o que a deixa mais vulnerável as variações dos ciclos econômicos e a mudanças institucionais.

Durante o período de crescimento econômico nos anos 2000 a participação da juventude no mercado de trabalho reduziu, sobretudo entre os jovens de 15 a 17 anos. Esta redução converge com uma tendência das duas décadas anteriores, fruto de fenômenos demográficos, mudanças na estrutura produtiva brasileira e mudanças culturais; todavia foi o crescimento da renda das famílias nos anos 2000 que permitiu uma saída sustentada dos jovens do mercado de trabalho, à medida que reduzia a necessidade de sua contribuição na composição da renda familiar. Entre os anos de 2006 e 2013 a participação dos jovens de 15 a 29 anos reduziu 6,4% e dos jovens de 15 a 17 a redução foi de 23,9%. No mesmo período se verifica uma ampliação de 14,2% nos anos de escolaridade das pessoas com idade entre 25 e 29 anos.

A economia começa a dar sinais de desaquecimento em 2011, gera efeitos na estrutura social já em 2013, mas começa a impactar o mercado de trabalho em 2014. A partir de 2014 o desemprego dos jovens de 15 a 29 anos inicia uma escalada até o começo de 2017, partindo de uma taxa de desemprego de 12,3% no 4 trimestre de 2014, chegando a 24,9% no primeiro trimestre de 2017.

O período de baixo desemprego chega ao fim no Brasil, confirmando a tese de que o crescimento dos anos 2000 não foi capaz de romper com a característica estrutural do mercado de trabalho, marcado por elevado desemprego, baixos salários, elevada taxa de informalidade e alta rotatividade. Convivendo com maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, a juventude é a mais afetada pela crise, sobretudo os que estão no começo de sua vida laboral. O segmento etário que fora mais afetado pela redução da partici-



Fone: CORSEUIL, POLOPONSKY e FRANCA, 2018

pação, podendo estender sua dedicação aos estudos, com a crise passa pressionar pelo ingresso ou reingresso no mercado de trabalho, a fim de contribuir na composição da renda familiar. Ao buscar um espaço no mercado de trabalho se depara com a insuficiência de oferta de trabalho, que provocou uma explosão nos níveis de desemprego juvenil. A taxa de desemprego entre jovens de 15 a 17 anos cresce 20 pontos percentuais, partindo de 21,6 em 2014, atingindo 41% em 2017.

A elevação do desemprego impacta de forma mais contundente as mulheres e negros. Em 2012, um período de queda do desemprego, a desigualdade no mercado de trabalho persistia. Porém, com o aprofundamento da crise econômica, setores com maior nível de vulnerabilidade são mais afetados pelo desemprego, alargando a desigualdade conforme a crise se aprofunda. As mulheres sofrem com maior desemprego em todas as faixas etárias, quadro que se acentua quando se trata de uma jovem negra. Em 2017 mais da metade das jovens negras na força de trabalho estavam desempregadas. O gráfico abaixo também demonstra como a redução da atividade econômica amplia as desigualdades entre as faixas etárias, uma vez que os jovens adolescentes precisam buscar ocupação em detrimento da dedicação ao estudo.

Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

Como foi apresentado acima, as medidas de austeridade fiscal e eliminação de direitos sociais penalizam prioritariamente (ou exclusivamente) os mais pobres, que são duplamente impactados com as ações do governo Temer. Por um lado, são atingidos pelo elevado desemprego que rebaixa os salários e eleva a informalidade, fruto de uma política econômica contractionista que aprofunda a crise; por outro perde direitos sociais via mercantilização, obrigando as camadas populares a pagar por serviços privados caros e de baixa qualidade, ou simplesmente abdicar de usufruir de bens e serviços fundamentais para existência humana, como educação, saúde e alimentação adequada. A elevação do desemprego atinge de forma

desigual a juventude com diferentes faixas de renda familiar per capita e faixa etária. Entre os jovens de 15 a 17 anos o desemprego entre os 10% mais ricos é de 28,7%, entre os 10% mais pobres o desemprego é de 45,8%. A desigualdade entre jovens de 18 a 24 anos é ainda mais expressiva, com os 10% mais ricos conviverem em 2017 com um desemprego de apenas 10,6% e os 10% mais pobres amargurarem um desemprego de 53%, uma diferença de 43 pontos percentuais.

Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

A manutenção do desemprego juvenil permite uma pressão pelo rebaixamento das condições generalizada no mercado de trabalho. A redução dos direitos trabalhistas dos jovens admite que os empregadores ampliem a substituição dos trabalhadores melhor remunerados e qualificados por jovens, com menores salários e experiência, mas com grande vigor e predisposição por aprender. As novas tecnologias conduzem a automação de tarefas mais complexas, possibilitando uma maior substituíbilidade de trabalhadores mais experientes por jovens trabalhadores ingressantes. A reforma trabalhista de 2017 está inserida em uma dinâmica global do capitalismo financeirizado e das cadeias globais de valor que subjuga economias e Estados nacionais, em busca da melhor rentabilidade, menores salários, inexistência de direitos trabalhistas e sociais. As novas tecnologias permitem formas remotas de gerenciamento do trabalho, destruindo ocupações mais estáveis, típicas na segunda revolução industrial, e criando ocupações com remunerações variáveis, jornadas modulares e ausência de vínculos formais. No Brasil a reestruturação produtiva eliminou sobretudo postos de emprego majoritariamente ocupados por jovens como “auxiliares do comércio e serviços, office boys, aprendizes e meio-oficiais da indústria, entre outros” (GUIMARÃES, 2006, p. 22). Surgiram desde então ocupações que trazem uma instabilidade ainda maior aos jovens em sua trajetória profissional. Com a desindustrialização que acomete o Brasil ao menos desde 2011 e com a ausência de postos de trabalho mais estáveis, para analisar o mundo do trabalho, se faz necessária a utilização de ferramentas estatísticas que detectem o desemprego oculto, como a taxa de subutilização da força de



Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

trabalho.

A taxa de Subutilização da força de trabalho faz parte das recomendações da 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho – CIET, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, a fim de aprimorar o monitoramento do mercado de trabalho, assimilando mudanças nos tipos de contratos e jornadas de trabalho. Para compor esta taxa são considerados três componentes que fazem parte da força de trabalho: 1) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os 2) desocupados; e 3) força de trabalho potencial<sup>2</sup>.

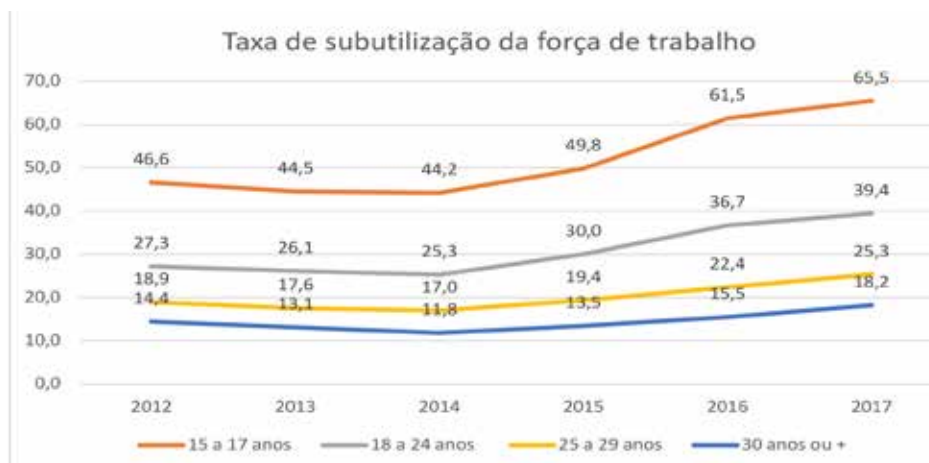
2 As pessoas subocupadas são os que trabalharam menos de 40h, gostariam de trabalhar mais horas no mês e estavam disponíveis para o trabalho. As pessoas desocupadas são as pessoas com mais de 13 anos, que procuraram emprego no período de 30 dias de referência e estavam disponíveis para trabalhar. Este indicador considera desempregado também a pessoa que está sem trabalho e que não fez nada para conseguir emprego, por já ter conseguido emprego para iniciar entre 30 e 90 dias pós a semana de referência. A força de trabalho potencial é formada por pessoas que não estão na força de trabalho, mas que possuem potencial para tal, sendo formada por: pessoas que buscarem emprego para não estavam disponíveis para trabalhar; e pessoas que

A taxa de subutilização da força de trabalho (TSFT) é mais sensível para detectar não apenas mudanças conjunturais de variação do nível de ocupação, como também deficiências estruturais do mercado de trabalho, que são invisibilizadas pelo ineficiente sistema de empregos. Esta medida é mais adequada aos países subdesenvolvidos por captar melhor o desemprego dos que constam como empregados por exercerem algum tipo de bico ou atividade eventual. As ocupações criadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) tendem a ter jornadas de trabalho irregulares e rendimentos variados.

Como pode ser observado no gráfico abaixo, a taxa de subutilização da força de trabalho vinha declinando em todas as faixas etárias de 2012 a 2014, mas permanecia elevada. No gráfico pode ser constatada a grande assimetria entre as faixas etárias, sendo mais uma vez, os jovens de 15 a 17 anos os que enfrentam as mais elevadas TSFT, partindo de um patamar de 44,2% em 2014, atingindo em 2017 uma taxa de 65,5%. Os jovens de 18 a 24 anos também não buscaram emprego, mas que gostariam de trabalhar.



Fonte: PNAD – Elaboração Própria.



Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

veram uma ampliação considerável no nível da TSFT, que cresceu 15 pontos percentuais no mesmo período. Chama atenção como os elevados níveis de subutilização de força de trabalho constroem especialmente a juventude. O nível da TSFT dos jovens de 15 a 17 anos é 57 pontos percentuais maior que a taxa dos adultos.

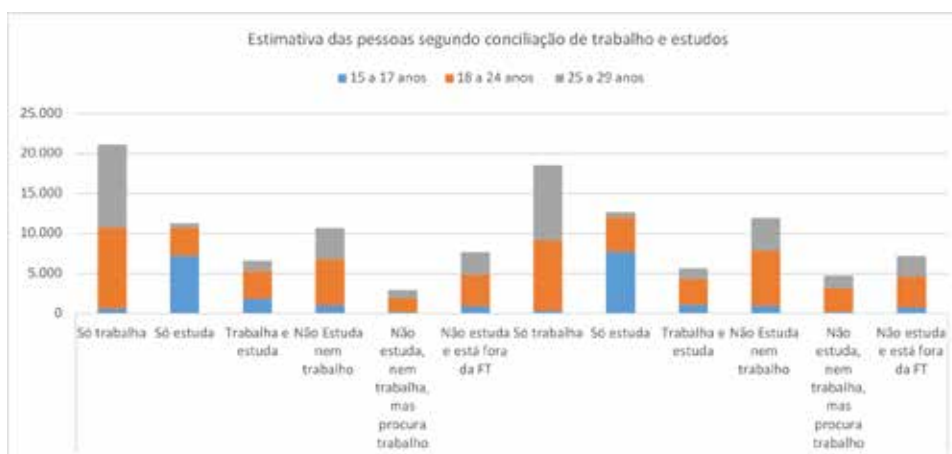
As taxas de transição estudo/trabalho são significativamente distintas quando observados diferentes níveis educacionais, de acordo com o relatório OIT (2017), a transição ocorre em 22,2 meses entre os que possuem ensino primário, 14,3 meses entre os que possuem nível secundário e 8,5 meses entre os jovens que possuem formação superior. Porém, quando observado o comportamento da transição entre países, verifica-se que em países com renda elevada a transição tende a ser mais demorada do que em países com renda baixa. Segundo OIT (2017), isso se explica pelo fato de que as famílias dos jovens de países com renda mais elevadas permitem que estes jovens prorroguem a busca por emprego, a fim de ampliar seu nível educacional e aguardar por melhores oportunidades profissionais. Os jovens dos países mais pobres não podem permanecer muito tempo sem trabalhar, sendo compelidos a aceitar um emprego em um tempo mais curto, ou buscar uma inserção no trabalho

por conta-própria.

A pesquisa SWTS da OIT identificou 24% dos jovens trabalhavam e estudavam nos países selecionados, porém eram nos países sub-desenvolvidos onde a conciliação era mais pronunciada. Segundo relatório era no Camboja, República Dominicana e El Salvador. Na África Sub-Saariana e América Latina residem a maior parte dos jovens que conciliavam trabalho/estudo. Residem no norte da África, Europa e Ásia Central os jovens com menor taxa de conciliação estudo/trabalho.

A condição de jovem que não trabalha e nem está estudando é cada vez mais frequente entre os jovens no mundo. Os chamados nem-nem (nem estudam nem trabalham) precisam ser estudados por se tratar de uma condição social que trará pesadas consequências no médio e longo prazo aos jovens que permanecem muito tempo nesta condição. Outra característica relevante deste indicador é sua persistência em diferentes ciclos da conjuntura econômica, apontando um fenômeno estrutural no mercado de trabalho dos jovens.

A incidência de jovens que não trabalham e nem estão estudando



Fonte: PNAD – Elaboração Própria.



(nem-nem) na Europa acomete principalmente a classe média, que vira dissolver seu Estado bem-estar social; já no Brasil o fenômeno vincula-se a exclusão social que atinge principalmente jovens pobres, de 18 a 25 anos, pertencentes a cidades e regiões subdesenvolvidas e a famílias mais vulneráveis.

O elevado nível de jovens mulheres que não trabalham e não estudam também expressa um quadro preocupante, dado que estas jovens, na maioria das vezes, abandonaram o estudo e suas vidas profissionais devido ao peso do trabalho reprodutivo que sobre elas recai. É possível que, ao buscarem reingresso no mercado de trabalho, sejam inseridas na vida laboral de forma precária.

“A construção de indicadores para esse grupo de jovens permite endereçar questões como evasão escolar precoce, o desalento com o mercado de trabalho, jovens que estão fora da força de trabalho por motivo de saúde, jovens mulheres que estão fora da força de trabalho por se dedicarem a afazeres domésticos e cuidados, entre outras” (IPEA, 2017, p. 48)

O Brasil convive não apenas com um elevado contingente de jovens que conciliam estudo e trabalho, como também convive com elevados níveis de jovens que não estudam e não estão trabalhando. Como pode ser observado no gráfico abaixo a variação no nível de jovens nem-nem é muito sensível aos ciclos econômicos e a persistência nesta condição e gerará efeitos deletérios na trajetória de vida desta população, que dificilmente serão reparados. O gráfico indica que o maior impacto da crise entre os jovens reside na elevação do desemprego, que reduziu o número de jovens que só trabalham e que trabalham e estudam. A elevação o número de jovens que só estuda se elevou entre 2012 e 2017 em razão da ampliação do desemprego, que atingiu os jovens que conciliavam trabalho e estudo. Merece destaque o dado que os jovens que não trabalham nem estudam cresceu entre 2012 e 2017 em razão da elevação dos jovens em busca de trabalho, em detrimento dos jovens fora da força de trabalho.

## CONCLUSÃO

A crise econômica no Brasil traz à tona a dura constatação de que o crescimento econômico com distribuição de renda dos anos 2000 não foi capaz de modificar as características estruturais de nosso mercado de trabalho. O desemprego, que garante a manutenção dos baixos salários, da informalidade, do subemprego e elevada rotatividade, retoma o histórico vigor, transportando o Brasil de volta aos anos 1990. A partir de 2011 alguns indicadores econômicos passam a dar sinais de desaquecimento oriundos da reversão do ciclo de commodities e a perda de importância relativa da indústria – se convertendo posteriormente em desindustrialização. Ainda que a política cambial e de isenção fiscal não tenham contribuído para a retomada de um crescimento sustentado, a elevação dos salários – que gerou crescimento da renda das famílias –, a ampliação do crédito e a distribuição de renda foram elementos determinantes para manter taxas satisfatórias de crescimento e elevados níveis de emprego.

Mudanças na estrutura social são verificadas apenas em 2013, quando passa a ocorrer um processo de redução da renda das famílias, transportando-as para estratos inferiores de renda. Em 2014 o mercado de trabalho passa a expressar os sinais da crise e o desemprego começa a crescer. As taxas de desemprego juvenil

parte de 11,5% no 4º trimestre de 2013, chega a 24,9% no primeiro trimestre de 2017. A deterioração do mercado de trabalho impacta de forma mais contundente os jovens, ampliando o desemprego, a informalidade e a taxa de jovens que não estudam nem estão trabalhando. Com a redução da renda das famílias, os jovens são compelidos a tentar o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho e se deparam com a explosão do desemprego. A taxa de subutilização, que é mais sensível para detectar a desocupação, parte de um patamar já elevado de 44,2% em 2014 e atinge 65,5% em 2017 entre os jovens de 15 a 17 anos.

Conclui-se que o período de crescimento econômico não foi suficiente para romper com as deficiências do mercado de trabalho brasileiro. Os jovens, que já convivem com elevadas taxas de rotatividade, no Brasil também são expostos a elevadas taxas de desemprego e subemprego. A forma como foi conformado o mercado de trabalho no país exige a manutenção de intensa e permanente oferta de força de trabalho para manter a atual estrutura social e, para isso, é indispensável que os jovens ofertem sua força de trabalho o mais cedo possível. A resposta às crises econômicas são sempre imbuídas de elevada violência econômica, a fim de relembrar aos trabalhadores e as camadas populares que não têm o direito de demandar maior parcela dos excedentes produzidos.

## BIBLIOGRAFIA

- BALTAR, P.; SOUEN, J.; CAMPOS G. C. (2017). *Emprego e distribuição de renda*. Campinas: IE/Unicamp.
- CARDOSO, Adalberto. *Juventude, Trabalho E Desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação*. Caderno CRH, vol. 26, núm. 68, mai-agosto, 2013
- CARNEIRO, R. (2017). *Navegando a contravento. Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff*. Campinas: IE/Unicamp. 2017
- CORSEUIL, C H L; Poloponsky, K; Franca M A P. *Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens*. Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Ano 24 - Abril de 2018 - - Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2018
- COSTANZI, Rogério Nagamine *Trabalho decente e juventude no Brasil*. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2009
- DIEGUES, A. C.; ROSSI, C. G. *Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de 'Doença Brasileira'*.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Trabalho uma categoria chave no imaginário juvenil?* In: ABRANO, Helena Wendel e Branco (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.
- IEDI (2016). *Sem Lucro, sem investimento*. Carta Iedi, Edição 738. 24 jun. 2016.
- MELLO, G.; ROSSI, P. (2017). *Do industrialismo à austeridade*. Campinas: IE/Unicamp.
- OIT (2017). *Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future* International Labour Office – Geneva: ILO, 2017
- POCHMANN, Márcio. *Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004.
- PRONI, Marcelo Weishaupt; RIBEIRO, Thiago Figueiredo Fonseca. *A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. Carta Social e do Trabalho, Campinas, Unicamp. IE, n. 6, maio/ago. 2007.
- QUADROS, W. (2015). *Paralisia econômica, retrocesso social e eleições*. Campinas: IE. Unicamp. p. 1-12. (Texto para Discussão, n. 249).
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. (2017). *Evolução da estrutura produtiva e do investimento no Brasil no período recente*. Campinas: IE/Unicamp. 2017.
- SINGER, André (2015). *Cutucando onças com varas curtas O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. *Novos Estudos*, n. 102, jul. 2015.
- SOUZA, E J S. *Inserção ocupacional dos jovens no Brasil: colocando o problema*. *Revista Carta social e do trabalho*, n. 33, p. 25-46, jan/jun. 2016.